

## REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_ 2020

Requer o comparecimento do recém nomeado Diretor-Geral da Polícia Federal, Sr. Rolando Alexandre de Souza , para prestar os devidos esclarecimentos sobre seu plano de trabalho frente à Polícia Federal, em meio à gravíssima crise sanitária de escala global provocada pelo COVID-19.

Senhor Presidente,

Nos termos da Constituição Federal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, assim como da Resolução 14/2020, requeremos ao Plenário da Câmara dos Deputados o **comparecimento** do recém nomeado Diretor-Geral da Polícia Federal, **SR. ROLANDO ALEXANDRE DE SOUZA**, para prestar esclarecimentos perante esta Casa, por meio de sessão virtual, sobre seu plano de trabalho frente à Polícia Federal, em meio à gravíssima crise sanitária de escala global provocada pelo COVID-19.

### JUSTIFICATIVA

O Presidente Jair Bolsonaro exonerou de seu cargo o Diretor-Geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo. O novo Diretor-Geral da Polícia Federal, Sr. **ROLANDO ALEXANDRE DE SOUZA**, foi empossado hoje. A instituição é subordinada ao Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Segundo informações da imprensa, o incômodo de Bolsonaro viria do trabalho que estava sendo realizado pela Polícia Federal diante dos inquéritos que apuram um *“suposto esquema de fake news para atacar autoridades, entre elas, alguns de seus adversários políticos, e as manifestações pró-golpe militar promovidas por grupos bolsonaristas”*<sup>1</sup> nos últimos finais de semana.

Durante entrevista coletiva do então Ministro da Justiça e Segurança Pública, sr. Sérgio Moro, no dia 24 de abril de 2020, o Brasil assistiu perplexo a

1 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/bolsonaro-exonera-diretor-geral-da-pf-em-meio-a-negociacoes-para-permanencia-de-moro.shtml?origin=folha>

grave denúncia de interferência política do Presidente da República em investigações e inquéritos em curso conduzidas pela Polícia Federal (PF), inclusive em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF).

São palavras textuais do próprio Ministro Sérgio Moro: “o presidente queria uma pessoa que ele pudesse ligar, que ele pudesse colher informações de inteligência”.

Portanto, a denúncia foi clara: o Presidente da República participou ativamente de medidas de embaraço nas investigações em curso. Ou seja, fica claro que o Presidente da República queria interferir e embaraçar as investigações contra ele e seus aliados.

Outro incômodo observado refere-se às superintendências regionais da PF. No ano passado, Bolsonaro [sugeriu um nome para a superintendência da PF](#) no Rio de Janeiro mas acabou sendo nomeado para o cargo outro delegado, Carlos Henrique de Sousa, indicado pelo ex-diretor geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, com o aval do ex-ministro Sérgio Moro. É curioso que poucas horas após a sua nomeação, Rolando Alexandre de Souza, decidiu trocar a chefia da superintendência do Rio de Janeiro, que é foco de interesse da família Bolsonaro.

A oficialização do nome de Rolando de Souza ocorre cinco dias depois de o ministro Alexandre de Moraes, do STF, suspender a decisão de Bolsonaro de nomear para o comando da PF o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o também delegado Alexandre Ramagem. Ao justificar a decisão de barrar a posse de Ramagem, Moraes destacou que há um inquérito em curso para investigar as acusações de Moro contra Bolsonaro. Moraes chegou a mencionar a possível "irreparabilidade do dano" caso Ramagem assumisse a PF neste momento, durante a apuração dos fatos relatados pelo ex-ministro.

Rolando Alexandre de Souza é delegado da PF e desde setembro de 2019 ocupava o cargo de secretário de Planejamento e Gestão da Abin, aonde chegou por indicação de Alexandre Ramagem. A proximidade entre Ramagem e o recém empossado Diretor-Geral da PF chama a atenção e deve sofrer o escrutínio do Congresso Nacional, diante das graves denúncias levantadas pelo ex-ministro Sérgio Moro.



A Polícia Federal é um órgão da segurança pública do Estado, nos termos do art. 144, I da Constituição da República, não podendo servir ao bel prazer dos interesses privados de quem ocupa o Governo momentaneamente. A exoneração do Delegado da Polícia Federal Maurício Valeixo, do cargo de Diretor-Geral, revelou a nação os interesses escusos e não republicanos que orientou essa decisão: tentativa de interferência em investigações sigilosas envolvendo membros da família Bolsonaro, a pedido do próprio Presidente da República Jair Bolsonaro.

Em carta pública encaminhada ao presidente Jair Bolsonaro, pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) a entidade destaca que há uma crise de confiança instalada, tanto por parte de parcela considerável da sociedade, quanto por parte dos delegados de Polícia Federal, que prezam pela imagem da instituição<sup>2</sup>.

Vale reforçar também que a mudança no ministério se dá diante da mais grave crise sanitária, de escala global, que enfrenta o Brasil. Até o momento, mais de 7 mil brasileiros e brasileiras perderam as suas vidas.

Pelo exposto, solicitamos a V. Exa. que, em defesa da Constituição Federal da República Federativa do Brasil e das instituições democráticas, sobretudo em pleno estado de calamidade pública devida a covid-19, realize a efetiva e competente audiência aqui solicitada.

Sala das Comissões, em



**Marcelo Freixo**  
PSOL/RJ



**Fernanda Melchionna**  
Líder do PSOL

---

2 Disponível em: <https://adpf.org.br/v2/noticia/adpf/adpf-e-fenadepol-criticam-ingerencia-politica-na-pf/>

**Áurea Carolina**

PSOL/MG

**David Miranda**

PSOL/RJ

**Edmilson Rodrigues**

PSOL/PA

**Glauber Braga**

PSOL/RJ

**Ivan Valente**

PSOL/SP

**Luiza Erundina**

PSOL/SP

**Sâmia Bomfim**

PSOL/SP

**Talíria Petrone**

PSOL/RJ

